

Modos de participação da comunidade rural de Pedra Negra da Extrema- Barra- BA na constituição da educação escolar

Modes of participation of the community of Pedra Negra da Extrema- Barra- BA's rural in the constitution of school education

SOUZA, Divina Michelle Pimentel de¹

RESUMO: Este trabalho, intitulado “Modos de participação da comunidade de Pedra Negra da Extrema- Barra- BA na constituição da escola do campo”, teve como objetivo geral discutir os modos de participação da comunidade no processo de constituição da escola do campo, analisando, portanto, o processo de resistência e participação da comunidade de Pedra Negra da Extrema, Barra- BA, na constituição da escola pública do campo; o objetivo geral desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: apontar os referenciais teóricos, bibliográficos, normativos e legais que tratam da Educação do Campo, para melhor compreensão do fenômeno pesquisado; compreender em que medida a Educação do Campo tornou-se uma bandeira de militância para os pais e mães da comunidade de Pedra Negra da Extrema; e discutir e (re)construir coletivamente os modos de participação das famílias de Pedra Negra da Extrema para a constituição de uma escola do/no campo de qualidade. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, privilegiando a pesquisa-ação, por meio do diagnóstico e de oficinas com a comunidade *in loco*. Os resultados apontam para a compreensão de que não se faz educação do/no campo sem a participação efetiva do povo camponês.

Palavras-chave: Ensino do/no Campo; Resistência; Escola do campo.

ABSTRACT: This work, entitled “Modes of participation of the community of Pedra Negra da Extrema- Barra-BA's rural in the constitution of the school in the countryside”, had the general objective of discussing the modes of participation of the community in the process of constitution of the school in the countryside, therefore analyzing , the process of resistance and participation of the community of Pedra Negra da Extrema, Barra-BA, in the constitution of the public school in the countryside; the general objective unfolded in the following specific objectives: to point out the theoretical, bibliographic, normative and legal references that deal with Rural Education, for a better understanding of the researched phenomenon; understand to what extent Education in the Countryside has become a militant flag for fathers and mothers in the community of Pedra Negra da Extrema; and to discuss and collectively (re) build the modes of participation of the families of Pedra Negra da Extrema for the constitution of a school in the field of quality. The research was of a

1 Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia e o curso de especialização em Educação do Campo pelo Instituto Federal Baiano- Campus Bom Jesus da Lapa-Ba. Atualmente é professora do quadro efetivo da prefeitura municipal de Muquém de São Francisco-BA. Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual da Bahia. E-mail: michelly_divina@hotmail.com

qualitative approach, privileging action research, through diagnosis and workshops with the community in loco. The results point to the understanding that there is no education in / in the countryside without the effective participation of the peasant people.

Key words: Teaching in the Field; Resistance; School of the field.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho discute os modos de participação² da comunidade de Pedra Negra da Extrema, localizada no município de Barra- BA, no âmbito do território de identidade Velho Chico, no processo de constituição da escola do campo, analisando, portanto, o processo de resistência e participação da mesma no alcance de seus objetivos no que diz respeito à educação escolar.

A escolha do tema se justifica pela militância de integrantes da comunidade de Pedra Negra da Extrema, da qual faço parte, pela permanência das crianças na comunidade, em prol de uma unidade de ensino que reflita a realidade local, além do problema da precariedade do transporte escolar, a exposição das crianças ao risco de acidente no trajeto para a escola no distrito urbanizado de Igarité, a 16 km da comunidade e o tratamento dado a elas na unidade de ensino do distrito acima citado.

O interesse pela temática também se dá pela minha vivência desde o meu nascimento, nessa comunidade, espaço onde tive as primeiras experiências escolares, ao lado de minha mãe, Leonídia Pimentel de Souza (*in memoriam*), que por muitos anos atuou como professora leiga da comunidade, mas posteriormente buscou formação e findou seus dias como especialista em *Alfabetização e Letramento* e fazendo parte do quadro de professores efetivos do município.

A comunidade rural de Pedra Negra da Extrema foi fundada em 1998 pelas famílias anteriormente residentes nos povoados: Pau Seco e Ilha da Fome. Nas ocasiões em que houve escolarização nessas duas comunidades ribeirinhas ao Rio São Francisco, o ensino acontecia de forma multisseriada³, abrangendo até a quarta

2 Os modos de participação são considerados ações políticas do povo de Pedra Negra da Extrema quando lutam por uma educação de qualidade para os filhos e netos. As abordagens propostas neste trabalho ancoram-se nos pressupostos apresentados por Borba (2012), ao retomar o conceito de participação de Pizzorno (1966), que defende o *modelo da consciência de classe*, onde a participação seria produto da identidade política compartilhada pelos atores.

série do ensino fundamental, sendo ministrado por professoras com nível de ensino fundamental incompleto.

Em 1999, os moradores de Pedra Negra da Extrema construíram de pau a pique sua primeira escola/sede, substituída em 2005 pela escola atual, erguido pela prefeitura do município. Porém, no início de 2013, ela foi fechada pelo governo municipal com a justificativa de que o ensino multisseriado é prejudicial e que havia poucos alunos na unidade escolar. A partir desse período, as crianças com idade a partir de quatro anos eram levadas por meio de transporte escolar para o distrito urbanizado de Igarité, que fica a 16 quilômetros de distância da comunidade, gerando inúmeros conflitos com a comunidade, levando ao secretário de educação, bem como ao Ministério Público a demanda pelo retorno das aulas no povoado. Essa luta perdurou até o primeiro semestre de 2016, período em que a unidade de ensino foi reaberta, abrangendo dessa vez crianças de três a seis anos no turno vespertino e de sete a dez anos no matutino.

Considerando a luta da comunidade supracitada para a manutenção da escola no/do campo, foram questionados nessa pesquisa, como objetivo geral, os modos de participação da comunidade no processo de constituição da escola do campo, analisando, portanto, o processo de resistência e participação da comunidade de Pedra Negra da Extrema na constituição da escola pública do campo.

Para melhor organização desse estudo, os objetivos específicos nortearam, de algum modo, a análise dos dados da pesquisa-ação, assim, eles se subdividem em três, os quais se seguem: *apontar os referenciais teóricos, bibliográficos, normativos e legais que constituem a Educação do Campo*, para melhor compreensão do fenômeno pesquisado; *compreender em que medida a Educação do Campo tornou-se uma bandeira de militância para os pais e mães da comunidade de Pedra Negra da Extrema*; e *discutir e (re)construir coletivamente os modos de participação das famílias de Pedra Negra da Extrema para a constituição de uma escola do/no campo de qualidade*.

É importante salientar que os dois últimos objetivos foram atingidos a partir da realização de oficina de intervenção junto à comunidade, e que resultam na análise

3 De acordo com Ximenes-Rocha e Colares (2013), as classes mutisseriadas caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor.

e discussão dos dados dos dois últimos tópicos do trabalho, intitulados: *História da Educação do Campo*, nossa história, onde faço um paralelo entre a Educação do Campo no Brasil, e a história da educação escolar do povoado; e, *E agora José? A escola fechou*, no qual discuto o processo de resistência em relação à abertura e fechamento da unidade escolar no espaço pesquisado. Inicialmente, trago a metodologia utilizada, bem como, sua abordagem, tipo de pesquisa e suas etapas.

2 METODOLOGIA

2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa, que segundo Trivinos (1987), responde às expectativas em pesquisa em educação e social porque dá ao pesquisador liberdade teórica e metodológica no percurso da pesquisa, ou seja, quando os dados são coletados normalmente são logo interpretados e isso pode ocasionar a busca de mais informações para o entendimento do fenômeno.

2.2 TIPO DO ESTUDO

Na busca da melhor compreensão da proposta da pesquisa, foi privilegiada a pesquisa-ação que Thiollent (1988) define como investigação social baseada na experiência, a qual é idealizada e concretizada na ação ou resolução de um problema coletivo de modo cooperativo e participativo entre os participantes e pesquisadores.

Tais concepções, acima expostas, nos levam a compreender a necessidade de fazer uso desse tipo de pesquisa em Educação do Campo, afinal é um espaço de muitas lutas e inclusive muitas conquistas sob os aspectos legal e teórico, porém no que tange à concreta transformação e mudança para constituição da educação do/no campo, muito ainda precisa ser feito, a começar pelo empoderamento dos sujeitos camponeses para se (re)organizarem na luta pela educação de qualidade em suas comunidades.

2.3 ETAPAS DA PESQUISA

Essa pesquisa analisou o processo de resistência e participação da comunidade de Pedra Negra da Extrema- Barra- BA na constituição da escola pública do campo e contou com colaboradores os moradores da comunidade, mais especificamente, os pais, mães e avós dos alunos e a professora da comunidade, conforme quadro abaixo. É preciso ressaltar que os mesmos concordaram em terem suas identidades expostas nesta pesquisa.

Quadro 01 - Faixa etária e profissão dos colaboradores

NOME DO COLABORADOR	IDADE	PROFISSÃO
Ana Nunes (Dona Ana)	78 anos	Lavradora (aposentada)
Antônia Meireles (Tuninha)	52 anos	Lavradora
Bertolina (Bertola)	46 anos	Lavradora
Elis Regina	35 anos	Dona de casa
Joaquim (Seu Joaquim)	86 anos	Lavrador/pescador (aposentado)
José Barreto (Zezão)	51 anos	Lavrador/pescador
Leonídia Pimentel (Nídia)	54 anos	Professora
Manoel Pereira (Nezinho)	62 anos	Lavrador/pescador (aposentado)
Miguel Moreira	53 anos	Pescador/lavrador

Fonte: dados de pesquisa, 2018.

A escolha desses sujeitos se justificou pela militância dos pais e das mães em prol da abertura e reabertura da escola da/na comunidade, ainda que isso implicasse na manutenção do ensino multisseriado.

Essa pesquisa realizou-se em duas etapas as quais buscaram alcançar os objetivos específicos propostos na pesquisa-ação: conhecimento, compreensão e aplicação.

A primeira fase da pesquisa atende aos primeiro e segundo objetivos específicos, na qual foram realizados estudos com os principais teóricos da área de Educação do Campo, de território, e ainda sobre o marco legal para a constituição da escola do campo, dando um suporte para a elaboração e compreensão de elementos essenciais para a realização do segundo objetivo, que foi alcançado através do levantamento de evidências por meio de entrevista semiestruturada com os moradores e professora da comunidade de Pedra Negra da Extrema, onde busquei compreender em que medida a Educação do Campo tornou-se uma bandeira de militância para os pais e mães da comunidade.

A segunda etapa desta pesquisa resulta do último objetivo, onde junto aos colaboradores, foram realizadas rodas de conversa para problematizar os dados levantados durante a pesquisa; em seguida construímos um planejamento para a realização da oficina, que objetivou atender às necessidades identificadas pelo grupo. De acordo com Spink, Menegon e Medrado (2014, p. 32), “as oficinas são configuradas como ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a coconstrução de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas [...]”.

Após a implementação da oficina, foi realizada uma avaliação formativa com todos os colaboradores, de modo coletivo, por meio de roda de conversa, onde ficou evidente o reconhecimento da importância desses momentos formativos, para avançarmos ainda mais no que diz respeito à educação escolar na comunidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, NOSSA HISTÓRIA.

A oficina realizada nessa pesquisa que teve como objetivos estimular nos pais, mães e professora o resgate histórico da educação na comunidade; e construir uma linha do tempo em formato de desenhos da trajetória histórica da educação da comunidade até os dias atuais após a reabertura da escola, assim, foi possível elaborar uma contextualização com o surgimento das escolas do campo no Brasil, que traz consigo as marcas da morosidade temporal e desarticulação com órgãos institucionais, pois apesar de o Brasil ser um país que tem suas bases e origens rurais, do ponto de vista legal, apenas na Constituição de 1988 teve sua garantia, embora com muitas lacunas.

Em consequência disso, estabeleceu-se uma realidade com grandes precariedades na Educação do Campo, tendo em vista as condições de seu surgimento. No que tange às demandas herdadas pela construção sócio-histórica da Educação do Campo no Brasil, destacam-se:

defasagem de elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de

trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo. (BRASIL, 2003, p. 7).

A esse respeito, a fala da entrevistada, Dona Ana, 78 anos, nos diz que:

[sic] a escola pra nós começou lá atrás, juntava todo mundo debaixo do pajeú, com Dona Lídia que ensinava nós fazer nosso nome, mas ela também não sabia muito, só tinha o quarto ano, mas já ajudava. Ela ensinava por conta própria, quem podia ajudar ela, algum pai, sabe? Ajudava.

Seu Joaquim, 86 anos, por sua vez, complementa:

[sic] Mesmo assim, era difícil, o povo do Pau Seco que tava perto era bom, mas nós que vinha dos iote, travessava no barco ou animal, aquele bando de menino, em tempo de morrer afogado, pra aprender alguma coisa, hoje a escola tá dentro de casa e a menineira não quer nada.

Desse modo, é possível compreender que o alicerce sobre o qual foi construída a Educação do Campo no Brasil não se ateve para constituição de direcionamentos pedagógicos e políticos com vistas à regulamentação do funcionamento e organização da escola do campo e ainda a garantia de subsídios financeiros de modo que possibilitasse a efetivação e permanência de uma escola com atendimento de todos os níveis e qualidade para o povo camponês.

O momento inicial da oficina foi marcado pela mística com elementos e palavras que representam o território e a luta da comunidade, onde cada participante pôde escolher um objeto/palavra e falar o que representava para si.

Outro ponto da oficina no qual foi possível conceber a visão da educação escolar na comunidade foi através da dinâmica da teia de aranha com o barbante, solicitando dos colaboradores que explicitassem com palavras-chave a história da comunidade no que diz respeito à educação escolar. Nesse contexto, destacaram as seguintes: luta, resistência, preocupação, vitória, quilombo, dificuldade, diversão, história, esperança, reunião, rio, roça, dentre outras nessa mesma perspectiva.

Esses termos nos remetem ao que Pasuch e Santos (2012) abordam sobre a educação do/no campo, que tem sua existência através de iniciativas das próprias comunidades e movimentos sociais, que historicamente têm militado na

busca de garantia de direitos, dentre outros, à educação que qualifique seus filhos e filhas e em prol da desconstrução da ideia do campo como um território de “segunda classe”.

Essas iniciativas em busca da garantia de uma Educação do Campo de qualidade, conforme descrito pelas autoras acima, remete à fala da professora da comunidade, Leonídia Pimentel, 54 anos, pedagoga, efetiva no município, ao assinalar que:

[sic] Pra gente nada foi fácil, sabe? Tivemos que batalhar muito para ter o mínimo de ensino para nós e nossos filhos. Os mais velhos, como a véia Ana, seu Joaquim, o véi Zizu, e outros mais, para poderem estudar tiveram que enfrentar as dificuldades de travessia do rio pra ir aprender assinar o nome. Com o tempo as coisas foram mudando, como eu vim de outra comunidade que tinha um pouco mais de acesso à escola eu aprendi ler e escrever; me mudei pro Pau Seco assim que me casei, daí o povo da comunidade começou a pedir à igreja, para eu ser a professora da comunidade, mesmo tendo apenas a quarta série, hoje o chamado quinto ano; me tornei professora leiga, quem me pagava era a paróquia, através do projeto Educar; eu ensinava debaixo de uma latada, ensinava os mais velhos, os adultos.

As falas da professora, Seu Joaquim e Dona Ana, são retratadas na fase 01 da linha do tempo construída pela metade do grupo participante da oficina, representando os primeiros espaços escolares do povoado, e a situação representada acima foi entre a década de 60 a 80, e de acordo com Pasuch e Santos (2012), o século XX, sobretudo na sua primeira metade foi marcado no que diz respeito à Educação do Campo pelo enfrentamento de uma gestão que tinha em seu discurso a ideia de urbanização de todos os espaços, numa espécie de fusão entre o urbano e o rural, com vistas ao desenvolvimento industrial, em detrimento de uma concepção de campo como lugar de vida e de sujeitos de direitos. Sendo assim, para que investir em educação para os sujeitos do campo, com vistas à ascensão dos mesmos? Se o sistema tinha em vista apenas a subtração desses espaços e formação de mão – de - obra barata para alimentar o desenvolvimento industrial em alta?

Ainda sobre a contextualização da Educação do Campo no país, é importante destacar que o golpe militar de 1964 retrocede em grande medida a política educacional, pois os segmentos populares e movimentos sociais (canais de

representação e participação) são enfraquecidos e reprimidos através da intervenção nesses espaços de construção e discussão de saberes, do exílio e perseguição de educadores e lideranças, porém, em meados dos anos 70, surgem reações significativas da sociedade em oposição às medidas autoritárias impostas pelo golpe., de modo que a Educação do Campo é marcada por lutas intensas, tendo sempre à frente destas os movimentos sociais e a participação popular, que se articulam na conquista de marcos importantes para o avanço na qualidade e garantia da educação do homem e mulher camponeses, como a Constituição Federal de 1988, que garante a democratização do ensino, acentuando-se na criação da Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996, que especifica as medidas a serem adotadas nas escolas do campo.

Mais à frente, conquista-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002), documento fruto de uma reivindicação dos povos do campo, que objetiva resgatar direitos historicamente negados aos camponeses e mais à frente na Resolução nº02 de 28 de abril de 2008 (CNE/CEB), que trata das Diretrizes complementares normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Essas Diretrizes, dentre outros aspectos, garantem direcionamentos para a construção de propostas pedagógicas para os estudantes camponeses, atreladas aos modos de viver campesino e ainda direciona a respeito do deslocamento das crianças e a nucleação das escolas que devem ser evitados, pois uma educação do e no campo é um meio de resistência e valorização do espaço campesino como território de vida social, cultural, política e econômica própria da realidade, (PASUCH; SANTOS, 2012). Nesse sentido, é oportuno destacar a proposta de educação de Paulo Freire (1980) que considera o conhecimento popular e a valorização da configuração do espaço geográfico das camadas populares como alternativas de superação de relações verticais presentes na sociedade.

Enquanto isso, a comunidade de Pau Seco, que vivia como agregada⁴ nas terras dos fazendeiros, cheia de limitações, como a própria utilização da terra, se organizava para a aquisição daquele espaço, momento em que a liderança

4 O povo da comunidade pesquisada entende que viver agregado é ocupar uma terra que não é sua, vive ali pela boa vontade do dono da terra, no caso o fazendeiro.

comunitária tentou iniciar o processo de reforma agrária com o apoio do MST- Movimento Sem Terra- porém os mais velhos não aceitaram dizendo que: [sic] “*Se os pais deles não deixaram um pedaço de terra para eles, ninguém iria roubar de outra pessoa, e que o fazendeiro era até bonzinho por permitir que morassem lá por todo esse tempo*”. (Relata senhor, Nezinho, 62 anos).

Essa situação mostra o quanto que conhecimento é poder e o quanto que a comunidade precisava avançar para entender que esse território era de nossos ancestrais, bem como nosso. Atualmente, não somente entendemos que devemos lutar por esse reconhecimento na forma da titulação da terra, mas também entendemos que a historização do povo negro no nosso país perpassa pela luta da comunidade.

Com a formação da Pedra Negra, veio também o desejo de construir uma escola para que os filhos pudessem estudar, para que ao contrário de muitos, não necessitassem migrar para cidade, morando de favor em casa de parentes para poder ter acesso à educação:

[sic] Então, nós fizemos uma reunião pra saber quem topava levantar um prédio de barro mesmo, sabe? De taipa, de vara, e pedir ao prefeito da Barra pra mandar um professor pra nós, aí deu certo, fizemo o prédio de uma sala e um quartinho pra pessoa que viesse dá aula. (Senhor Miguel, 53 anos).

[sic] Nesse período em que veio uma professora pra cá, eu fui morar em Ibotirama para pôr meus filhos para estudar, e para que eu pudesse também terminar meus estudos, e quem saber até voltar a dá aula; dito e feito; fiz dois anos de supletivo, depois fiz o magistério, consegui um contrato de um ano na prefeitura, em 2001, e em 2002 passei no concurso. (Leonídia Pimentel, professora da comunidade).

Mesmo com as conquistas legais no contexto da Educação do Campo, é perceptível a existências de muitas lacunas, evidenciando a não-sensibilidade quanto à realidade do aluno do campo, a reprodução de estereótipos nas práticas pedagógicas e de modelos que não atendem aos interesses desse povo que constrói e mantém múltiplas manifestações culturais. (HAESBAERT, 2011).

A fala acima conflui no que Tuninha (Antônia Meireles, 52 anos), diz:

[sic] Moço, pra nós foi bom Nídia ter formado pra professora e dá aula, porque, as professora que vinha da Barra era muito chêa de

frescura, não entendia o nosso jeito, ficava um mês e já pedia pra sair, o troca-troca era grande, faltava mais do que tudo, não participava de nada que a gente fazia, uma reza, um reis, nada; as vezes nós tinha que levar os meninos pra pegar feijão na colheta, daí era falta, dava aula pra dois caroço de gente.

Fazendo uma transposição pedagógica da fala da colaboradora, a deficiência de disponibilidade de professorado, a instabilidade contratual e a baixa remuneração acarretam, entre outras onerações, na rotatividade de professores e professoras durante o ano letivo. Dessa forma, põe em xeque o processo do ensino/aprendizagem das crianças das escolas rurais e a representação da importância da escola para todas as pessoas dessas comunidades.

Molina (2004) aponta que essas construções sociais são ainda presentes e arraigadas na gestão pública. O pensamento de inferioridade não restringe apenas aos móveis e utensílios que sobejou das unidades escolares urbanas, os meios de transportes são em sua maioria de baixa qualidade e com pouca segurança. Já os professores e professoras frequentemente não possuem formação adequada e não são contratados por meio de processos seletivos e efetivados na carreira.

A conjuntura apontada pela autora retrata bem o processo vivenciado pela comunidade a partir de 1999, quando foi construída a escola de taipa pela comunidade e o governo municipal começou a gerenciar o ensino público do povoado.

[sic] Bem, as coisas começaram a melhorar pra nós. Os meninos tinham o prédio, tinha o quadro que um pedreiro daqui fez de cimento queimado, tinha uma professora, mas faltava muito recurso ainda; as cadeira que vinha pra cá era tudo quebrada, refugo mermo sabe? Merenda só vinha de vez em quando, e quem fazia era a professora ou os menino mermo; tava errado.(Fala de Zezão, 51 anos.)

[sic] Mas nós lutemos foi muito, ia na Barra, tentar falar com o prefeito, pedia reunião, eles parecem que não gostam do povo da Pedra, mas teve que engolir. (risos) aí ele veio um dia reunir com a comunidade, isso lá pra 2005, né? Foi isso? Aí, a comunidade falou que não aceitava aquela situação, ele tinha que melhorar as coisas pra gente, pros nossos filhos, aí ele se encheu e prometeu a construção de uma escolinha pra nós. E fez mesmo. aí tudo melhorou, até merendeira tinha, era Tuninha né? (Fala de Bertolina, 46 anos.)

Silva, Silva e Pasush (2012) destacam que outra dificuldade na implantação e manutenção de unidades de ensino no campo é a concepção do campo como um lugar sem vida ou com uma população extinta, sem números significativos de crianças. “Em outras ocasiões, essa mesma concepção serve para fortalecer a imagem de que o campo não existe mais como lugar de vida” (SILVA, SILVA, PASUCH, 2012, p. 46). Esses pontos possibilitam reflexões em torno de como o campo é visto e como se dão as relações que lá existem.

3.2 E AGORA JOSÉ? A ESCOLA FECHOU!

A fase 02 da linha do tempo confeccionada por outra parte dos participantes da oficina de Educação do/no Campo, retratou desde a época em que foi construída a escola de taipa pelos moradores até os dias atuais, dando enfoque ao processo de fechamento da unidade escolar construída pela prefeitura e a reabertura da mesma.

A Escola Municipal de Pedra Negra da Extrema, construída pela prefeitura, foi inaugurada em 2005, funcionando nos turnos vespertino e matutino, em classes multisseriadas, do pré-II até a quarta série; os demais alunos a partir da quinta até a oitava série se deslocavam para Igarité, comunidade urbanizada a 16 km e os demais que estavam no ensino médio se deslocava para a sede do município diariamente, à 100 km de distância.

Frente à realidade de uma comunidade que sempre se organizou para lutar pelas demandas coletivas, tudo estava caminhando muito bem para um povoado de 50 famílias; até que em 2013, com a diminuição do número de alunos e alegando que o ensino multisseriado era prejudicial, o prefeito autorizou o fechamento da unidade escolar, obrigando que alunos, de todas as idades, fossem todos alocados em Igarité, por meio de vans escolares.

[sic] Eles dizia que a escola de Igarité era melhor, que os meninos ia ser separado por idade, um professor pra cada grupo, mas pra mim foi pior, os meninos não aprendia igual aqui, e outra, os meninos no Igarité só aprendia o que não prestava, lá eles tinha muita liberdade, a gente não sabia o que se passava lá; as vezes professor não ia, ou faltava água, qualquer coisa liberava esses meninos, mas os da Pedra Negra, só vinha onze e meia, por causa do motorista que não queria dá duas viage, pra ir panhar os da tarde. Tava errado, nós não podia aceitar isso. Fazia reunião com a diretora lá, prometia uma

coisa e tal, depois começava tudo de novo. A escola com Nídia aqui era melhor, estavam em casa, Nídia era igual mãe mesmo, e os meninos estavam seguros perto da gente. (Fala de Elis Regina, 35 anos).

Para além das questões básicas de segurança retratada pelas colaboradoras, é preciso que reflitamos ainda sobre o sentimento de pertença em relação ao território do qual os alunos foram retirados e alocados em outro espaço totalmente diferente dos seus, em uma comunidade urbanizada, com professores da sede do município, que traziam consigo outros valores e modos de ensinar, outro espaço e outra conjuntura.

As crianças da comunidade passavam então por esse processo doloroso e de violências simbólicas⁵ principalmente do ponto de vista pedagógico e físicas em se tratando do contexto de abandono por problemas de transporte e merenda escolar, pois muitas vezes saíam de casa muito cedo nem tomavam café. Esse processo durou por três anos, mas a comunidade começou a se mobilizar e apesar de várias unidades semelhantes à de Pedra Negra passarem pela mesma situação no município, a esperança não diminuía.

Aconteceram muitas reuniões com a comunidade, secretário escolar e alguns políticos, para que em 2016 fosse reaberta a unidade escolar, com muita vida, alegria, e principalmente orgulho por parte do povo; hoje a escola conta com o apoio pedagógico e administrativo da escola de Igarité, melhorando ainda mais o ensino, conforme exposto na fala da professora da comunidade:

[sic] Realmente, não há como negar a alegria da menineira ao ir todos os dias encontrar comigo na porteira de casa, é um orgulho só. E o bom de tudo isso, é que a escola de Igarité, tem dado mais apoio pra gente aqui, a coordenadora sempre vem visitar, acompanhar os projetos, sugerir ideias, a gestora está sempre presente também, ajudando no que for preciso.

São muitos os desafios, mas não pode deixar de evidenciar os avanços quanto à politização do povo camponês na luta pelo reconhecimento da importância da educação para as crianças camponesas, principalmente no âmbito da comunidade, com vistas ao fortalecimento da identidade do menino e da menina do campo, como retrata o *lôcus* deste estudo. É nessa perspectiva que parece assentar

5 É um conceito criado pelo sociólogo francês, Pierre Bourdieu, que diz respeito a uma violência exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos.

a militância dos moradores da comunidade de Pedra Negra da Extrema pela constituição da Educação do Campo.

4 CONCLUSÕES

Considerando as lutas da comunidade para a construção e manutenção da escola, foi possível compreender nessa pesquisa que o território é um trunfo dos povos do campo. Trabalhar na terra, tirar da dela a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política, é preciso pensar a realidade a partir do espaço de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro, isso se configura alienação. (MOLINA, 2004, p.36).

O povo da Pedra Negra deixa evidente que compreende muito bem a fala de Molina (2004), quando não permite que o comodismo sobreponha a inquietação por uma educação escolar dentro da própria comunidade, isso desde o princípio, quando faziam as travessias de barcos, a cavalo e mesmo a pé para poderem estudar dentro do próprio território e não migrarem para cidade grande.

O que fica claro é que não se faz educação do/no campo sem a força do povo camponês, pois, mais do que ninguém, este, sabe a dor e a delícia de ser o que é e aonde quer chegar.

Dessa pesquisa fica a sensação de orgulho de poder fazer parte dessa história, militar por uma escola do/no campo e buscar melhorias para a manutenção da mesma no âmbito de minha comunidade. Sabemos que precisamos avançar muito, mas os primeiros passos foram dados por nossos antepassados que deixaram um legado de que não devemos desistir jamais diante das intempéries da vida.

DECLARAÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada para o TCC da especialização em Educação do Campo, respeitando os padrões éticos exigidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Grupo de Trabalho de Educação do Campo**. Referências para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.

_____. Resolução CNE/CEB 2/2008. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de abril de 2008, Seção 1, p. 25. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Secretaria de desenvolvimento territorial. Coordenação estadual dos territórios. Conselho de desenvolvimento do Território Velho Chico. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Velho Chico**, 2ª ed. Bahia: s.n., 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio_102.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2020.

CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2020.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Universidade Católica de Santos, **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**, SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 43-71.

MOLINA, M.; JESUS, S. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: DF, 2004.

PIZZORNO, A. Condizioni della partecipazione política. In: Pizzorno, A. **Le radici della politica assoluta**. Milano: Feltrinell, 1966.

PASUCH, Jaqueline; SANTOS, Tânia Mara Dornellas dos. A importância da Educação Infantil na constituição da identidade das crianças como sujeitos do campo. In: Barboza, Maria Carmem Silveira et. al. (Orgs.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 43-71.

SILVA, Ana Paula Soares da; SILVA, Juliana Bezzon da; PASUCH, Jaqueline. **Educação Infantil do campo**. São Paulo: Cortez, 2012.

XIMENES-ROCHA, S. H. ; COLARES, M. L. I. S. **A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas**: na contramão da legislação. Revista HISTEDBR On-line. Volume 13. Ano 2013. Páginas 90-98.

Enviado em: 20-08-2020
Aceito em: 09-03-2021
Publicado em: 16-04-2021